

A ESCOLARIZAÇÃO SECUNDÁRIA E A ORDEM OLIGÁRQUICA EM PERNAMBUCO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA BRASILEIRA

THE SECONDARY SCHOOLING AND THE OLIGARCHIC ORDER IN
PERNAMBUCO IN THE FIRST DECADES OF THE BRAZILIAN REPUBLIC

Ricardo José Lima Bezerra

Mestre em História pela UFPE. Doutorando em Educação pela PUC –SP.
Professor Universitário na UPE e AESGA
ricbez@yahoo.com.br

RESUMO: Ao longo deste texto, apresentamos algumas características do ensino médio público em Pernambuco durante o período da Primeira República, entre 1889 e 1930. Nesta época, este nível de ensino era denominado de secundário, por situar-se entre o nível da escolarização primária e o chamado terceiro grau, a educação superior. Sua característica fundamental era ser seletivo e propedêutico, elevando somente a educação superior e à formação profissional somente os mais “competentes” e aptos. Em Pernambuco, em especial, a educação secundária tinha ainda um forte componente classista, pois servia, de acordo com a pesquisa documental e bibliográfica empreendida, a reforçar, reproduzir e perpetuar o modelo de sociedade aristocrática dominada por uma oligarquia política e econômica oriunda da indústria canavieira, que submetia os demais setores da sociedade, fazendo uso da escolarização secundária pública instrumento desta dominação.

PALAVRAS-CHAVES: Ensino Secundário Público; História da Educação de Pernambuco; História da Educação Pública Brasileira.

ABSTRACT: Throughout this paper, we present some characteristics of public high schools in Pernambuco during the First Republic, between 1889 and 1930. At this time, this level of secondary education was called for to be between the level of primary education and so-called third degree, higher education. Its key feature was to be selective and introductory, raising only the higher education and vocational training only the most “competent” and able. In Pernambuco, in particular, secondary education was still a strong class, because it served, according to the documentary and bibliographic research undertaken to strengthen, reproduce and perpetuate the model of aristocratic society dominated by a political and economic oligarchy from industry sugarcane, which subjected the other sectors of society, making use of public secondary school instrument of domination.

KEY WORDS: Public Secondary School. History of Education in Pernambuco. History of the Brazilian Public Education.

Este texto corresponde a uma iniciativa de reconstituição histórica sobre alguns aspectos da educação escolar secundária em Pernambuco durante a Primeira República fundamentada, principalmente, em fontes documentais escritas encontradas em arquivos institucionais, como o da escola pública estadual conhecida no Recife como Ginásio Pernambucano, no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e no acervo da Biblioteca Pública Estadual de Pernambuco e bibliografia sobre a história da educação brasileira neste período. Essa reconstrução histórica de parte do ensino secundário pernambucano recai especialmente sobre o Ginásio Pernambucano enquanto escola de referência na educação escolar do estado durante toda a Primeira República e posteriormente a essa primeira fase republicana também.

A escolha por uma tipologia de fontes escritas, notadamente, se reporta a compreensão que construímos desse objeto de estudo: reconstituir a história do Ginásio Pernambucano como baluarte da escolarização voltada para os filhos da oligarquia pernambucana que necessitavam de uma instituição que reproduzisse seus valores de classe e mantivesse intacta a ordem social estabelecida que segregava o restante da população a uma não-escolarização. Essa elite produziu através de mensagens governamentais e documentos oficiais da escola, sua forma de situar o lugar da educação escolar na Primeira República e qual papel ela representaria na reprodução e consolidação dos valores, saberes e projetos de uma determinada classe social.

O estado da pesquisa em História da Educação no Brasil durante os últimos anos encontram-se em uma encruzilhada. Da intersecção entre a História e a Pedagogia, advêm vários problemas teórico-metodológicos, que dificultam uma produção com clara definição conceitual e o uso de métodos de abordagem próprios. Contudo, há como avançar nesta dimensão quando o pesquisador escolhe adequadamente seu objeto e pela massa documental a ser trabalhado, processo interdependente e imbricado, conexo e indissociável da prática da pesquisa histórica que, em História da Educação, por vezes é complexo. Pois a documentação, exerce, então, neste caso, papel catalizador e orientador da abordagem empreendida pelo pesquisador e, ao lado das suas escolhas teórico-metodológicas, compõe um quadro de integração. Portanto, optamos por uma filiação teórica de inspiração crítico-marxista,

a partir das contribuições previstas em Louis Althusser e Antonio Gramsci, conforme as obras arroladas nas referências abaixo.

Apresentadas algumas características que orientam esta produção intelectual, a seguir nossas considerações. O ensino secundário público em Pernambuco durante a Primeira República era oferecido, prioritariamente, pelo Ginásio Pernambucano. Escola fundada ainda durante o Império, o Ginásio Pernambucano sempre mesclou nos seus programas e métodos de ensino inovação com tradição, destacando-se no cenário nacional como uma das mais antigas e renomadas escolas de ensino secundário do país.

A fundação do Ginásio Pernambucano ocorreu no início do Primeiro Império. O Decreto Provincial de 1º de setembro de 1825, do presidente da província de Pernambuco, José Carlos Mayrinck Ferrão instituiu o Liceu Provincial de Pernambuco. Sob a influência do Seminário de Olinda essa instituição de ensino funcionou inicialmente num corredor do Convento do Carmo. Em 9 de fevereiro de 1826 teve início as aulas do Liceu Provincial.

Apenas em 1855, durante o governo do Imperador Pedro II, ocorreu a mudança de nome de Liceu Provincial para Ginásio Pernambucano. “É de 14 de maio de 1855 a Lei n. 369 que transforma o Liceu Provincial de Pernambuco em internato de educação pública e de instrução secundária com o nome de Ginásio Pernambucano” (PARAHYM, 1975:10). Nesse período, a escola funcionava na rua do Hospício e Parahyn afirma que a inauguração do Ginásio Pernambucano foi marcada por uma grande solenidade em pleno dia das comemorações da independência, 7 de setembro. O Ginásio Pernambucano funcionou na rua do Hospício de 1855 a 1866. Em 15 de agosto de 1855 foi assentada a pedra fundamental do edifício situado na rua da Aurora, no Recife, onde o Ginásio Pernambucano, em breve se instalaria.

Finalmente, em 1º de dezembro de 1866, o Ginásio Pernambucano passou a funcionar no edifício da Rua da Aurora. Na época, a construção ainda não tivera sido concluída. O edifício foi projetado pelo engenheiro José Mamede Ferreira e o custo total da obra foi de trezentos contos de réis.

O Ginásio estabeleceu-se na rua da Aurora, em frente ao rio Capibaribe, no centro da cidade do Recife. Ganhava uma construção própria destinada as suas funções de escola pública de ensino secundário

público. Mas outras mudanças de nome ocorreriam ainda nas últimas décadas do século XIX.

Em fevereiro de 1893, no governo de Alexandre José Barbosa Lima, o Ginásio toma a denominação de Instituto Benjamim Constant, por força da Reforma Educacional Benjamim Constant promovida pelo recém-instalado regime republicano. Essa reforma foi instituída pela Constituição de 1891. O nome de Ginásio Pernambucano voltaria, entretanto, em junho 1899. Esta denominação permaneceria por toda a Primeira República quando o Ginásio encontrava-se em regime de equiparação didática ao Colégio Pedro II do Rio de Janeiro por força da legislação escolar vigente nos primeiros 40 anos republicanos.

O Ginásio Pernambucano surgiu da necessidade que os filhos dos comerciantes e donos de engenho e de usinas do estado tinham de dar continuidade aos seus estudos sem precisar se deslocar para o Rio de Janeiro, capital do Império, ou para a Europa. Portanto, o Ginásio Pernambucano aparece no cenário educacional de Pernambuco com um papel definido: oferecer ensino secundário de qualidade o suficiente para garantir às futuras gerações da elite pernambucana continuidade do seu status social, político e econômico. A escola, ao longo da sua história, sempre preocupou-se em preparar para os cursos superiores existentes em Pernambuco e no país e ainda preservar e perpetuar os valores aristocráticos e monopolistas da classe dominante local diante do surgimento, fortalecimento e reivindicação de outras camadas sociais. Durante os primeiros anos da República esse caráter conservador e mantenedor da ordem social aristocrática continuaram prevalecendo, contrastando com os ideais democráticos do novo regime político.

Por volta já da segunda metade do século XIX a economia de Pernambuco encontrava-se em crise total, corolário da falência da indústria açucareira como principal atividade econômica do estado. A criação das usinas e dos engenhos centrais apresentou-se como um sopro de transformação nas práticas econômicas locais, mas não representou alterações profundas na estrutura social de Pernambuco. No final do século XIX, os senhores de engenho foram substituídos pelos donos dos grandes engenhos centrais e pelos primeiros usineiros, sem que, contudo, ambos os grupos pertencessem a outro instrumento social senão ao das antigas elites locais. (BARROS, 1985:30-55) A base da economia pernambucana permanecia

nas mãos de uma elite agrária de formação aristocrática, que cultivava os valores da nobreza imperial nostálgica dos tempos do trabalho escravo.

Para essa elite só interessava uma educação capaz de assegurar a sua permanência no poder econômico, político e social do estado. Quanto mais conservadora as estruturas sociais montadas em tempos imemoriais e quanto mais adequada a perpetuar esta formação social, melhor seria a educação pensada e montada pela elite pernambucana. Por isso, uma escola secundária com professores ilustres e ilustrados, dotada de um ensino humanista e formador do espírito, que mantivesse o caráter aristocrático da sociedade e principalmente, voltado para os filhos da elite, garantiria a manutenção da ordem vigente. O Ginásio Pernambucano veio ser a resposta institucional em matéria de ensino secundário aos desejos e projetos dessa elite local. Ao lado da Faculdade de Direito, do Seminário de Olinda e da Escola Normal, o Ginásio Pernambucano compunha o quadro da educação de caráter aristocrática e humanista de Pernambuco durante o Império e a Primeira República.

Mudanças conjunturais e manutenção do *status quo*

Como foi exposto acima, a educação oferecida pelo Ginásio Pernambucano (GP) durante a Primeira República obedecia aos interesses da classe dominante de Pernambuco. Contudo, desde o momento em que se instalou a República e, mesmo um pouco antes, o tipo de educação secundária oferecida pelo Ginásio Pernambucano já sofria críticas e algumas transformações, visando se adequar ao ingresso do estado na modernidade pedagógica exigida pelo cenário republicano e contemporâneo.

As constantes reformas educacionais na Primeira República fizeram o GP passar por transformações no seu programa de ensino, no número de disciplinas ministradas e no regime do horário das aulas. Além disso, o acréscimo ou decréscimo do número de matrículas, em alguns momentos, levou a contratação ou dispensa de alguns professores da escola.

O ensino do GP, tipicamente aristocrático e humanista, sofria críticas dos membros do próprio governo, que visavam empreender a sua reforma urgentemente para que se adequasse ao momento histórico por que passava o país e o estado, bem como às necessidade da educação moderna.

Em 1890, Artur Orlando da Silva, o primeiro diretor da Instrução Pública de Pernambuco no período republicano afirmou em seu relatório:

[O ensino do Ginásio Pernambucano] não fornece educação integral; o seu plano de estudos é a simples nomenclatura dos preparatórios, exigidos para a matrícula nas Academias de Direito e Medicina, embora não falte habilitação ao professores o ensino das disciplinas é feito sem orientação e sem método. (MONTENEGRO, 1944: 211)

Artur Orlando refere-se principalmente a uma característica do ensino secundário brasileiro no início do período republicano herdado do período imperial: ser uma etapa natural e preparatória exclusivamente para os cursos superiores, onde os alunos desvinculavam-se da vida para visarem o ensino superior. O GP não se furtava dessa característica, sendo a principal via de acesso aos cursos superiores do estado para os jovens das classes médias e altas da sociedade local.

Em 1º de janeiro de 1893 por força da Reforma Benjamim Constant de dois anos antes, acontece a primeira grande reforma do ensino público de Pernambuco. O GP funde-se com a Escola Normal, é abolido o regime de internato dessas escolas e cursos profissionais são criados no então Instituto Benjamim Constant, o novo nome do Ginásio Pernambucano, o qual se manteria até 1899. Contudo, o Instituto Benjamim Constant continua a ser apenas uma estrada real para o ingresso nos cursos superiores. O artigo 5º do decreto de 1893 diz que:

O curso de preparatórios será constituído pelo conjunto de disciplinas que terá de estudar o aluno conforme as exigências de matrícula na academia a que se destinar. (MONTENEGRO, 1944: 213)

Desde 1891, os exames realizados no GP eram considerados válidos pelo governo federal, mas o desejo do governo do estado e da própria direção da escola era a equiparação permanente ao Ginásio Nacional (o Colégio Pedro II após a Reforma Benjamim Constant). Essa equiparação só ocorreu por força do decreto federal de 15 de janeiro de 1894 que finalmente ajustou o curso secundário do Instituto Benjamim Constant às

mesmas condições do Ginásio Nacional, localizado no Rio de Janeiro. No ano seguinte um decreto local estabelece um novo regulamento de ensino fixando o curso secundário em sete anos¹.

Mas, segundo Olívio Montenegro, a maior novidade no GP foi inauguração do seu gabinete de Física e Química, cujo seus equipamentos foram na sua maioria importados de Paris. A inauguração do novo gabinete de Física e Química se traduziu numa tentativa de estimular o ensino técnico-científico numa escola de ensino tradicionalmente humanista. Sem dúvida a falta de equipamentos e ambientes adequados, aliada ao pensamento pedagógico local bastante conservador desse período dificultou o avanço do ensino técnico, científico e profissionalizante em Pernambuco.

A condição de escola equipada ao Ginásio Nacional aumentou o número de alunos matriculados no GP na década de 1900. Somente depois da Reforma Rivadávia Corrêa, em 1911, a situação mudou, pois essa reforma acabou com a obrigatoriedade da frequência em cursos secundários regulares para que os alunos prestassem os exames dos cursos superiores e anulou a equiparação das escolas secundárias de todo o país com o Ginásio Nacional, que por essa época já tinha restaurado seu antigo nome: Colégio Pedro II.²

Em 1915, por exemplo, apenas 64 alunos requereram matrícula no Ginásio Pernambucano em seu curso seriado. Apesar disso, o governo do estado procurou investir na escola comprando-lhe mobiliário e material didático para o andamento das aulas. Neste mesmo ano também um novo decreto estadual conferiu ao Ginásio Pernambucano reequipação ao Colégio Pedro II, exigência da nova legislação escolar advinda com a Reforma Carlos Maximiliano.³

Mas um dos maiores problemas da educação secundária brasileira nesse período, alvo de inúmeras críticas que também atingiram o GP, foram os exames parcelados.

Acusados de serem aplicados sem nenhuma disciplina, esses exames favoreciam aos alunos que não frequentavam as aulas regulamente e somente se escreviam nos exames a fim de conseguirem requisitos para o ingresso em um curso superior. Os exames parcelados angustiavam os alunos mais pobres que não podiam pagar por eles e tinham que se submeter aos seis anos do curso secundário regular estabelecido nessa época.

Este aluno que cumpria o curso regular de seis anos recebia ao final o título de bacharel em ciências e letras e o direito de prestar os exames dos cursos superiores. Para muitos, apenas esse grau conferido pelo GP já significava sinônimo de reconhecimento social e a aquisição de bons empregos, sobretudo na máquina pública. Os alunos do Ginásio Pernambucano, ao final dos seis anos do curso regular, eram considerados vencedores e capazes de exercerem qualquer cargo com as quais suas atribuições intelectuais estivessem compatíveis. Além disso, era motivo de orgulho e honra para suas famílias, pois alguns ainda muito jovens, recém-saídos da adolescência já possuíam o estimado título social de bacharel. 1917 tornou-se um ano de transformações materiais no GP. O governador Manoel Borba mandou que fossem realizadas na escola conserto de instalações hidráulicas, substituição de pisos e ladrilhos, aquisição material para os laboratórios de Física e Química, encadernação e aquisição de obras para a biblioteca, enfim medidas que visaram aperfeiçoar as condições de ensino da escola. Era também objetivo do governo estadual ao término das reformas instituiu no Ginásio Pernambucano um curso profissionalizante, projeto que perseguia a escola desde a Reforma Benjamim Constant em 1891.⁴ Essa iniciativa do executivo estadual esbarrava no tradicional pensamento pedagógico que animava o GP. Seus professores viam com desprezo um curso profissionalizante e temiam pela descaracterização da função propedêutica e humanista da escola. Muito mais do que condições materiais para a implantação de cursos de natureza profissional no GP, faltavam condições mentais aos professores e a diretoria da escola para a efetivação desse projeto governamental.

O Ginásio Pernambucano entrou na década de 1920 padecendo de alguns problemas por força da legislação escolar federal que instituiu dois regimes de cursos: o seriado e o parcelado. Em 1921, matricularam-se 175 alunos na escola, sendo 60 no curso seriado e 115 nos preparatórios para exames parcelados. E dos que optaram pelo seriado somente três concluíram seus estudos no Ginásio. Esses dados mostram como na prática o ensino secundário brasileiro era refém do desejo dos estudantes em rapidamente ingressarem nos cursos superiores, sem nem ao menos realizarem o tradicional curso secundário de caráter humanista. Condições como essas fizeram Antonio Carneiro Leão, um dos reformadores do ensino público brasileiro na década de 1920, afirmar que “no Brasil não existia curso

secundário, sim um arremedo de cursos e exames preparatórios voltados para os cursos superiores” (NAGLE, 1974: 85).

O que observamos durante a Primeira República no GP é uma preocupação do poder público em dotar a escola de condições materiais para oferecer um ensino de qualidade, com laboratórios, bibliotecas e móveis e instalações novas. Por outro lado, a legislação federal de educação à época condicionava os ginásios e liceu estaduais a se equipararem ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, e limitava-se em oferecer preparação rápida e descompromissada com a realidade voltada exclusivamente para o ingresso nos cursos de nível escolar superior (NAGLE, 1974; RIBEIRO, 1978 e ROMANELLI, 1997)

Se só bastasse, as próprias escolas, como é o caso do GP, continuaram em plena década de 1920, quando o país passava pelo processo de industrialização e diferenciação social em diversas classes, a ministrar um ensino anacrônico com a realidade nacional, sem vínculo com a vida prática nem com as exigências do mundo capitalista e mecanizado. Continuaram formando bacharéis em letras e ciências que ao longo dos seus cursos secundários tiveram inclusive aula de equitação e esgrima, mas não estavam preparados para enfrentar o mundo do trabalho técnico-especializado que fazia partes das novas exigências sociais do momento histórico em que viviam.

O poder público pouco ou quase nada fez para mudar essa realidade da educação secundária brasileira durante a Primeira República. A Constituição de 1891 preconizava que o ensino secundário era da competência do poder executivo federal, limitando as ações dos estados neste nível de ensino. As ideias renovadoras do movimento pedagógico escolanovista, da década de 1920, pouco atingiram o ensino secundário, restringindo-se a reformar o ensino primário e normal, considerados pilares da educação nacional. A educação secundária continuou a ser mais privilégio de poucos do que um direito de todos. É fácil entender porque houve uma maior preocupação com o ensino primário e normal. Na década de 1920 as classes populares reivindicavam melhores condições de vida e de trabalho. Uma dessas exigências era o direito de saber ler e contar, para que saíssem da condição de analfabetos e pudessem então votar e influenciar nas decisões políticas que lhes beneficiariam diretamente. Os educadores da década de 1920 preocupados em formar um novo homem para formar

uma nova nação se aliaram as classes populares tornando-se seus porta-vozes nas reivindicações por escolarização. Sendo assim, a escola primária passou a ser o alvo preferido desses educadores identificados com os anseios populares e debruçaram-se sobre esse nível de ensino propondo-lhe novos métodos e práticas pedagógicas que facilitassem o aprendizado da população mais pobre (BOMENY, 2001:38-44). Ao lado disso, defendiam a construção de escolas em todos os lugares para que atingissem o maior contingente populacional. As mudanças na Escola Normal vieram como corolário desse processo: era preciso capacitar os professores para trabalhar sob esta bandeira pedagógica de valorização do indivíduo e respeito a sua cultura, bem como estimulá-los na prática docente com melhores condições de trabalho oferecendo cursos de férias (os atuais cursos de formação continuada) e mais profissionalização. Para tanto, era preciso intervir nos governos estaduais, estimulando a contratação de professores por meio de concurso, aumentando suas rendas e equiparando e apoiando as escolas normais estaduais.

Por tudo isso, o ensino secundário era uma instância da educação escolar que, *a priori*, no entender de alguns educadores da década de 1920, não favorecia os mais pobres, necessitados de alfabetização e ensino técnico-profissional. Assim, os cursos secundários continuaram reduto da classe média e principalmente da elite, que enxergava neste nível de ensino forma de ascensão social para seus filhos e perpetuação dos seus valores aristocráticos e conservadores.

Em 1923, o Ginásio Pernambucano contou com mais um significativo aumento do número de alunos matriculados. Dos 303 alunos matriculados, 85 ingressaram no curso seriado e 214 optaram pelo curso parcelado. Para suprir a necessidade da escola, fez-se necessário a contratação de outros professores e o desdobramento de algumas disciplinas, para assim poderem efetivar a conclusão do curso seriado.⁶

Os professores do GP são a parte na história da escola. No início do século XX, todo o professorado do Ginásio Pernambucano era contratado através de convite realizado às personalidades locais que pudessem dar uma colaboração ao ensino secundário local. Padres, médicos, engenheiros e advogados de prestígio na sociedade local eram convidados a ensinar na escola. Mas a partir de 1915, os professores passaram a ser divididos em categorias: catedráticos, substitutos, honorários e livre-docentes. Havia

concurso para todas essas categorias, menos para o professor catedrático. Esse último grau era atingido pelo tempo de serviço prestado a escola e por sua competência reconhecida pela direção e pelo governo do estado.

A remuneração dos professores adivinha da divisão da renda obtida com as taxas cobradas nos exames parcelados e também por uma quantia fixa paga pelo governo do estado através da Secretaria Geral de Instrução do estado. Com essa remuneração os professores mantinham status de classe média alta no estado, e podiam se dedicar quase que integralmente a ministrarem suas aulas no Ginásio Pernambucano.

Em 1928, o governador Estácio Coimbra afirmou que o Ginásio estava entrando numa verdadeira fase de renascimento:

A melhoria dos gabinetes de Física, Química, História Natural e Cosmografia, a aumento da matrícula, o entusiasmo do corpo docente e discente e as reformas materiais que estão sendo efetuadas, tendem a reintegrar o Ginásio entre os melhores estabelecimentos de ensino secundário do país. (MENSAGEM, 1928, p. 13).

O governador também apontou nesta mesma mensagem o aumento do número de matrículas. Isso, em outras palavras significava que com o passar dos anos o Ginásio Pernambucano cada vez mais assegurava a sua condição de escola em condições de preparar para o ingresso nos cursos superiores. O respeito e a qualidade do ensino ministrado no Ginásio Pernambucano, atestado pela competência dos seus professores e pelas taxas de aprovação nos exames superiores, garantiram uma maior procura do Ginásio pela população em idades escolar tanto do Recife como de outras cidades do estado. Esse era o maior atestado da competência pedagógica do Ginásio Pernambucano: conseguir aprovar o maior número de alunos que saíam dos seus exames parcelados nas academias superiores.

Enfim, o Ginásio Pernambucano terminou a década de 1920 e a Primeira República sintonizado com os anseios e projetos da elite pernambucana: promover o ingresso dos seus jovens membros nos cursos superiores de destacado reconhecimento social, garantir a perpetuação dos valores tradicionais e conservadores através de um ensino despretensioso, sem vinculação com a realidade das transformações econômicas e sociais que

vinham ocorrendo nessa década, e mais ainda, apenas propedêutico aos cursos superiores.

Pernambuco, assim, manteve uma educação secundária em descompasso, com a realidade social em que já viviam as regiões mais prósperas do país. No intuito de atender as elites locais, o poder público se mantinha refém e cúmplice de uma educação cada vez mais distante das camadas populares e da vida cotidiana da maioria da população. O Ginásio Pernambucano dessa forma, era o grande baluarte cultural da elite pernambucana no poder político e no controle social do estado durante o início republicano, bem como da mentalidade senhorial e aristocrática que predominava no estado desde a colônia

Notas

- 1 O Instituto Benjamin Constant manteve o caráter de ensino humanista e desinteressado pela realidade social como podemos perceber pelas disciplinas que compunham seu currículo na época: Francês, Inglês, Alemão, Italiano, Grego, Latim, Árabe Elementar, Economia Política, Direito Pátrio, Sociologia e Corografia de Pernambuco. Apud. MONTENEGRO, O. Memórias do Ginásio Pernambucano. 1ed. Recife, ALPE, 1979. p. 270 e seguintes.
- 2 MONTENEGRO, O. Op. cit. p. 274
- 3 A parte mais significativa das fontes de primeira mão escolhidas para a compreensão histórica do Ginásio Pernambucano foram mensagens enviadas pelo Governo do Estado de Pernambuco ao Legislativo no início de cada ano, como, ao mesmo tempo, prestação de contas do ano anterior e anúncio de propostas orçamentárias e novos projetos. Mensagem enviada ao Congresso Legislativo, em 6 de março de 1916, pelo Governo do Estado de Pernambuco, p. 37.
- 4 Mensagem enviada ao Congresso Legislativo estadual, em 6 de março de 1917, pelo Governo do Estado de Pernambuco, p. 43.
- 5 Mensagem enviada ao Congresso Legislativo, em 06 de março de 1922, pelo Governo do Estado de Pernambuco, p. 20.
- 6 Mensagem enviada ao Congresso Legislativo, em 06 de março de 1924, pelo Governo do Estado de Pernambuco, p. 20.

Referências

- ALTHUSSER, L. Aparelhos Ideológicos do Estado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- BOMENY, H. Os intelectuais da Educação. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.
- GRAMSCI, A. Obras Escolhidas. São Paulo, Martins Fontes, 1978.

- INEP. A Educação nas Mensagens presidenciais (1890-1986). Vol.1. Brasília, MEC,1987.
- LEVINE, R. A Vellha Usina: Pernambuco na Federação Brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro,Paz e Terra,1980.
- MONTENEGRO, O. Memórias do Ginásio Pernambucano. Recife, ALPE,1979.
- NAGLE, J. Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo, EPU,1974.
- PARAHYN, O. O Ginásio Pernambucano:150 Anos.Recife, Imprensa Oficial,1975.
- RIBEIRO, M. L. História da Educação Brasileira: a organização escolar. São Paulo, Cortez,1978.
- ROMANELLI. O. de. História da Educação no Brasil. 19ed. Petrópolis-RJ,Vozes, 1997.
- SAVIANI, D. et all (orgs.) História e História da Educação: O Debate Teórico-Metodológico Atual. 3ed. Campinas-SP, Autores Associados,2006.

Recebido em 7 mar. 2012 / Aprovado em 19 jun. 2012

Para referenciar este texto

BEZERRA, R. J. L. A escolarização secundária e a ordem oligárquica em Pernambuco nas primeiras décadas da República Brasileira. *EccoS*, São Paulo, n. 29, p. 237-249. set./dez. 2012.

